



## EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: EVOLUÇÃO, EXPANSÃO E PECULIARIDADES

*DISTANCE EDUCATION AND NEW TECHNOLOGIES OF INFORMATION AND COMMUNICATION:  
EVOLUTION, EXPANSION AND PECULIARITIES*

**Pedro Bruno Silva Lemos** (UNILAB – [pedrolemos@unilab.edu.br](mailto:pedrolemos@unilab.edu.br) )

**Ana Célia Lopes Cavalcante** (UNILAB – [anaclcavalcante@gmail.com](mailto:anaclcavalcante@gmail.com) )

**Antonio Leonardo Moreira de Aquino** (UNILAB – [leonardoaquino1986@outlook.com](mailto:leonardoaquino1986@outlook.com) )

**Bárbara Eleodora Santiago Gomes** (UNILAB – [barbara@unilab.edu.br](mailto:barbara@unilab.edu.br) )

**Júlio César Lopes de Oliveira** (UNILAB – [Juliolopes1110@gmail.com](mailto:Juliolopes1110@gmail.com) )

**Lisimére Cordeiro do Vale Xavier** (UFC – [lisirobert@yahoo.com.br](mailto:lisirobert@yahoo.com.br) )

**Maria Jucilene Freire Lopes Marinho** (SEDUC – [jucilenef@gmail.com](mailto:jucilenef@gmail.com) )

**Maria Ravelly Cordeiro Xavier** (UNILAB – [ravellyxavier@yahoo.com.br](mailto:ravellyxavier@yahoo.com.br) )

**Renata Primo de Sousa Paz** (UNILAB – [renataprimo@unilab.edu.br](mailto:renataprimo@unilab.edu.br) )

**Antônio Roberto Xavier** (UNILAB – [roberto@unilab.edu.br](mailto:roberto@unilab.edu.br) )

### **Grupo Temático 4. Inovação em Educação e Tecnologias Digitais** **Subgrupo 4.2 Acessibilidade, inclusão e tecnologias digitais**

#### **Resumo:**

*A escrita deste texto tem como finalidade precípua apontar os diferentes modos de Educação a Distância (EaD) ocorridos em distintos contextos temporais e destinada com foco às demandas peculiares. Inicialmente, discorre-se sobre o conceito e demais definições sobre Educação a Distância, seus fundamentos teórico-metodológicos, caracterizações e abordagens diversas. Em seguida, procurou-se demonstrar as principais mudanças e transformações ocorridas ao longo da evolução conceitual e contextual relativo aos procedimentos didático-pedagógicos vinculados à teoria, bem como aos avanços técnicos vinculados aos procedimentos metodológicos da modalidade de Educação a Distância. Como resultados parciais, constata-se nesta escrita, que o sucesso das políticas educacionais está condicionado ao engajamento não só dos professores, mas da gestão e de toda comunidade escolar, sobretudo no que diz respeito ao provimento das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTICS), bem como no tocante a qualificação e capacitação constantes visando o uso e domínio corretos das ferramentas tecnológicas disponíveis e dos processos metodológicos e didático-pedagógicos a serem empregados peculiarmente na Educação a Distância.*

**Palavras-chave:** Educação a Distância; Tecnologias da Informação; Ambientes Virtuais.





**Abstract:**

*The writing of this text has as main purpose to point out the different modes of Distance Education (DE) occurred in different temporal contexts and intended to focus the peculiar demands. Initially, it elaborates on the concept and other definitions of Distance Education, its theoretical and methodological foundations, characterizations and various approaches. Then, he tried to show the main changes and transformations over the conceptual and contextual developments concerning the didactic and pedagogical procedures related to the theory and the technical advances linked to methodological procedures of the modality of Distance Education. As partial results, it appears at this writing, that the success of educational policy is conditional on the involvement not only of teachers, but the management and the whole school community, especially with regard to the provision of the New Technologies of Information and Communication ( NICT) as well as regarding the qualification and constant training aiming at the correct use and mastery of technological tools available and the methodological processes and didactic-pedagogic to be employed peculiarly in Distance Education.*

**Keywords:** Distance Education; Information Technology; Virtual Environments.

## 1. Introdução

A educação à distância só se realiza quando um processo de utilização garante uma verdadeira comunicação bilateral nitidamente educativa. Uma proposta de ensino/educação à distância necessariamente ultrapassa o simples colocar materiais instrucionais a disposição do aluno distante. Exige atendimento pedagógico, superador da distância e que promova a essencial relação professor-aluno, por meios e estratégias institucionalmente garantidos. (SARAIVA, 1996, p. 16).

A propósito da citação de Terezinha Saraiva chamamos a atenção para o processo interativo entre docentes-discentes em todas as modalidades de ensino-aprendizagem e, sobretudo na Educação a Distância (EaD). É condição primordial que haja essa interação ou reciprocidade pedagógica que é a comunicação ou diálogo bilateral entre docente e discente na prática de EaD. Para aprofundarmos essas ideias a escrita deste texto tem como finalidade precípua apontar os diferentes modos de EaD ocorridos em distintos contextos temporais. Antes, porém, tratamos de expor o conceito e demais definições sobre EaD, seus fundamentos teórico-metodológicos, caracterizações e abordagens diversas. Para tanto, procuramos nesta abordagem demonstrar as principais mudanças e transformações ocorridas ao longo da evolução conceitual e contextual concernentes aos procedimentos didático-pedagógicos vinculados à teoria, bem como os avanços técnicos vinculados aos procedimentos metodológicos. Ressalta-se que a EaD, no contexto atual, ocorre tanto na esfera do público como na do privado.

Em rápida decifração é possível assegurar que EaD se realiza independentemente de distâncias e tem como diferencial da educação presencial o fato de que através desta metodologia o discente é o sujeito construtor de seu próprio conhecimento, desenvolvendo competências, habilidades e atitudes concernentes à sua formação intelectual e à vida em





locais e tempos que lhe são peculiares e propícios. Para tanto, basta a intermediação com orientações de um professor a distância e materiais didáticos disponíveis via Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVA). Esta é a base fundamental para o processamento da EaD.

## 2. Educação a Distância: conceito, princípios e peculiaridades

É racional mencionar que ao falarmos de educação necessitamos esclarecer a qual tipo de educação estamos nos referindo, pois, como sabemos há três tipos de educação: a informal, a não formal e a formal. Sendo que a educação informal é a primeira e a mais natural haja vista que esta está relacionada com o cotidiano direto da família e do entorno comunitário, ou seja, é o legado cultural material e imaterial transmitido através das gerações mais velhas às mais novas. É através da educação informal que os costumes, tradições, modos de viver e sobreviver são aprendidos e compreendidos pelas gerações mais jovens de forma contínua e perpetuadora (DURKHEIM, 1978). Neste sentido, é relevante acrescentar que as crianças, por exemplo, aprendem a língua materna através da educação informal.

Vale ainda ressaltar que a educação informal se processa sem a necessidade de uma organização infraestrutural e didático-pedagógica, pois os conhecimentos são assistemáticos e se fundamentam em práticas e experiências anteriores, ou seja, o passado orientando o presente atuando no âmbito sentimental e emocional como forma de processo constante (GOHN, 2006). Sua ocorrência concentra-se na esfera privada ou no máximo em acordos não oficiais, mas com base no aspecto do consuetudinário.

No que diz respeito à educação não formal, apesar de não ser desenvolvida em sistema escolar, com séries, currículos, certificação e demais exigências oficiais, ela acontece com alguma forma de organização com espaços intencionalmente definidos, instrutores, pautas e assuntos predefinidos atuando, sobremaneira em aspectos subjetivos de grupos, baseando-se fundamentalmente na solidariedade e identificação de interesses comuns. A iniciativa de algumas empresas que desenvolvem programas de capacitação e treinamento de seus funcionários pode ser citada como um exemplo de educação não formal.

Segundo Gohn (2006), a educação não formal trabalha os aspectos do capital social procurando formar a identidade coletiva de um grupo e também o capital político através da formação de conscientização e crítico-reflexivo visando a emancipação e cidadania em coletividade. Na educação não formal também prevalece os aspectos da esfera privada.

Com relação à educação formal esta está vinculada diretamente ao sistema oficial escolar e acadêmico com séries, títulos e graus, currículos, normas e legislações governamentais ocorrendo tanto na esfera pública como na esfera privada. Na educação formal, o tempo, espaço, profissionais servidores, normatizações, legislações, padrões e objetivos oficial e previamente estabelecidos são as principais diferenciações das demais formas de educação (GOHN, 2006).

Outro fator preponderante é que na modalidade de educação formal o que está como discussão central nos dias atuais é a formação-qualificação para o mundo do trabalho. Deste modo, a educação prima por uma formação constante de acordo com as regras do





jogo do mercado de trabalho reivindicando capacitação, qualificação e requalificação constantemente.

Com efeito, com as demandas da tríade economia-tecnologia-telecomunicação as transformações e mudanças no meio educacional também são reivindicadas de acordo com as exigências do mundo do trabalho a cada dia mais efêmero e volátil. Isto significa dizer que a sociedade que dispõe e emprega mais capital na educação-formação de seus habitantes se sobressai no quesito de mão-de-obra qualificada e conseqüentemente tem mais acesso as atividades do trabalho cada vez mais sofisticadas. Esta foi e tem sido uma exigência capital para o desenvolvimento da EaD de forma a atender as demandas mercadológicas que forma e transforma continuamente novas tecnologias de trabalho.

Nesse panorama o tempo tem sido o grande divisor de paradigmas para aqueles/as que necessitam desempenhar suas atividades profissionais a contento, porém necessitam de espaço e tempo para se qualificarem de forma a atender as demandas do mundo de trabalho. Daí a alternativa vislumbrada como supridora das atuais exigências desse mundo do trabalho em constante mudança: a EaD que para Nunes (1994 apud ALVES, 2011, p. 84),

[...] constitui um recurso de incalculável importância para atender grandes contingentes de alunos, de forma mais efetiva que outras modalidades e sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em decorrência da ampliação da clientela atendida. Isso é possibilitado pelas novas tecnologias nas áreas de informação e comunicação que estão abrindo novas possibilidades para os processos de ensino-aprendizagem a distância. Novas abordagens têm surgido em decorrência da utilização crescente de multimídias e ferramentas de interação a distância no processo de produção de cursos, pois com o avanço das mídias digitais e da expansão da Internet, torna-se possível o acesso a um grande número de informações, permitindo a interação e a colaboração entre pessoas distantes geograficamente.

Outra peculiaridade da EaD é a possibilidade da promoção educativa de caráter formal e não formal haja vista que o aprendente pode programar seu calendário, escolhendo horários e espaços adequados à sua realidade e disposição para o ensino-aprendizagem. Neste sentido, a EaD se constitui como uma forma de educação possível e plausível às pessoas em geral e, sobretudo àquelas que não dispõem de tempo o suficiente para estarem presentes em uma sala de aula, porém, necessitam e querem uma melhor qualificação para a inserção no mundo do trabalho cada vez mais competitivo e tecnologizado.

Todavia, antes de prosseguirmos a discussão sobre a Educação a Distância é conveniente indagarmos: o que é realmente EaD? Como ela tem sido definida? Como a EaD tem se caracterizado nos diferentes contextos? Essas questões funcionam como fio condutor desta pesquisa. Quanto ao conceito estes têm sido dinâmicos, pois, a medida em que novas ferramentas tecnológicas e estratégias pedagógicas e metodológicas são engendradas à EaD, o conceito também vai se modificando e agregando novas roupagens (VIDAL; MAIA, 2010).

As definições e projeções conceituais seguem tentando dizer realmente o que é EaD sempre numa perspectiva *mutatis mutandis* em razão das mudanças e transformações constantes nesta modalidade de educação. Neste sentido, Cirigliano (1983) tentava definir





EaD como um elo entre os extremos que liga e interliga professor-aluno fazendo emergir o autodidatismo do discente tornando possível a aprendizagem sem limitação de ocupação, idade, espaço e tempo evocando novas representações e atitudes didático-metodológicas para docentes e discentes deslocando e reconfigurando o centro do ato pedagógico não mais na figura do professor em uma sala de aula com a presença de estudantes, mas no caráter possível do ensino-aprendizagem autonomamente (apud VIDAL; MAIA, 2010, p. 12). Com efeito,

Isso naturalmente vai contribuir para formação de cidadãos ativos e críticos que procuram soluções e participam de maneira criativa nos processos sociais. Ou seja, a EAD, pelos próprios mecanismos pedagógicos adotados, favorece a formação de cidadãos mais engajados socialmente, conscientes de sua autonomia intelectual e capazes de se posicionarem criticamente diante das mais diversas situações. Ainda entre as especificidades da EAD, podemos destacar o fato desta, na maioria das vezes, trabalhar com estudantes adultos e se utilizar de material autoinstrucional e estudo individualizado, em que o aluno aprende a aprender, a estudar a partir do seu esforço e por conta própria, desenvolvendo habilidades de independência e iniciativa. Esse esforço de aprendizagem produz uma mudança gnosiológica<sup>1</sup> em que a autonomia e o autodidatismo<sup>2</sup> passam a nortear a aprendizagem. Permite também que as diferenças individuais sejam respeitadas e que as preferências por tempo e local para estudo possam acontecer sem prejuízos para a aprendizagem.

Para tanto, a EaD acontece teleguiada por algumas diretrizes ou princípios rompedores das práticas educativas tradicionais atendendo a algumas características fundamentais, tais como: a flexibilização no processo de ensino-aprendizagem concernente à sua efetivação; adequações situacionais específicas da região dos professores e alunos levando em conta fatores socioeconômicos, sociais e culturais, diversificação e alternativas nas atividades e materiais didático-pedagógicos, democratização e autonomia quanto ao uso do tempo e formas de participação nos cursos, sobretudo com alternativas através de ferramentas ou tecnologias digitais que permite o acesso de ensino-aprendizagem com ou sem encontros presenciais. Mas, não para por aí. Já em 1967, Dohmem (apud ALVES, 2011, p. 85) definia EaD como:

[...] uma forma sistematicamente organizada de auto estudo onde o aluno instrui-se a partir do material de estudo que lhe é apresentado, o acompanhamento e a supervisão do sucesso do estudante são levados a cabo por um grupo de professores. Isto é possível através da aplicação de meios de comunicação, capazes de vencer longas distâncias.

Já para alguns teóricos como Peters (1973 apud ALVES, 2011, p. 85), a EaD é uma maneira industrializada de ensino-aprendizagem.

[...] é um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, tanto quanto pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para o propósito de reproduzir materiais técnicos de alta





qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender.

A expansão e evolução da EaD estão atreladas a inúmeros fatores da atualidade. A competitividade e a necessidade da qualificação e requalificação constante da mão de obra para a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho (XAVIER; XAVIER, 2013); o tempo exíguo ou fragmentado em razão da diversidade das ocupações; o avanço das tecnologias e das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs) somadas às tradicionais práticas educativas de currículos rígidos, cargas horárias altíssimas, salas de aula com excesso de discentes, número de disciplinas excessivas de cursos cheios de pré-requisitos, sistemática de atividades docentes rígidas e fechadas etc. Frente a esse quadro de herança positivista da educação, a EaD pode ser vista como uma possibilidade de ensino-aprendizagem mais liberal, aberta, democrática e autônoma (FORGRAD, 2004).

A EAD pode permitir, ainda, o trabalho coletivo e a transdisciplinaridade, o desenvolvimento de práticas educativas compartilhadas por diferentes atores, o estímulo do espírito de colaboração e da criatividade, além de favorecer condições de construção de conhecimento, com base na investigação e na solução de problemas. Certamente, a EAD não é a redentora dos graves problemas educacionais existentes em nosso país, mas poderá contribuir significativamente para as mudanças necessárias. (LÜCK, 2008, p. 261).

Mas, não são somente pacíficas ou positivas as definições ou tentativas conceituais em relação a EaD. Por exemplo, Lück (2008, p. 261) afirma que:

A ausência de contato físico nos processos de ensinar e de aprender que utilizam da EAD é apontada por vários críticos como um problema. Argumentam que a presença do professor e do aluno em sala de aula é uma condição necessária para que o processo ensino-aprendizagem se realize com efetividade. Acrescentam que o professor teria seu papel diminuído no processo, levando a sua desvalorização e à desumanização da Educação, visto que a máquina o substituiria em muitas de suas funções. Além disso, críticos à EAD são enfáticos em sublinhar que esta modalidade leva à precarização do trabalho do professor e da educação, e que a ela subjazem interesses econômicos, por ser uma educação de baixo custo. Esses argumentos nos permitem sentir sinais claros de resistência, preconceito e desconhecimento sobre a matéria. Mesmo com uma produção científica ainda pequena até o momento, já é possível comprovar que, ao contrário, a EAD potencializa e amplia as possibilidades de interação, qualifica o papel do professor e a sua implementação e manutenção apresenta custo alto, quando se pretende oferecer uma proposta de formação de qualidade, incluindo os profissionais necessários das diferentes áreas e as tecnologias disponíveis.

Sob o crivo da visão supracitada a interação do docente-discente somente é possível se tiver o contato físico próximo, visual. A contra argumentação, entretanto, recorre aos





ensinamentos construtivistas piagetianos de que o fenômeno do ensino-aprendizagem é um processo complexo que para se concretizar necessita de um certo período temporal no qual o sujeito cognoscente absorve, transforma e assimila o objeto cognoscível dentro de um processo interativo dialético integrador interno e externamente capacitando o sujeito sua interferência no mundo.

Pelo visto não há apenas um conceito, definição ou consenso apaziguadores sobre o que é ou o que poderá vir a ser a EaD. O que se constata é uma diversificada abordagem sobre essa modalidade de ensino que, aliás, também é discutível se ela pode e deve ser considerada uma modalidade de educação ou uma forma educacional. Mesmo sendo corriqueiro a referência à EaD como uma modalidade algumas considerações suscitam reflexões se a EaD é uma modalidade de educação ou uma forma de educação. Isto porque ao ser considerada como modalidade a EaD poderá se confundir com as modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Profissional, Indígena, Afro-Brasileira. Neste sentido, talvez seja mais viável a concepção de que a EaD deva ser considerada uma forma de educação e não uma modalidade. O fato é que há algumas discordâncias quanto a essas denominações.

### 3. Educação a Distância: Contexto brasileiro

A abordagem sobre a EaD no contexto brasileiro ocorre a partir da terceira década do século XX e não é de difícil de identificação e caracterização. Isto porque somos imediatamente impulsionados a elencar o marco divisor entre um Estado rural patrimonialista liberal clássico, construído sob a égide da Constituição outorgada de 1824, que perdurou até as incursões da governança de Getúlio Vargas a partir de 1930, com as tentativas de construção e estabelecimento de um Estado moderno, industrializado e urbano. É somente com a tentativa de modernizar, industrializar e urbanizar o Estado brasileiro que existiu a possibilidade de uma espécie de Ensino a Distância dando início a gênese da EaD para o futuro educacional da sociedade brasileira.

A possibilidade da existência de EaD no Brasil está diretamente relacionada com o processo ou tentativa de industrialização que exigiu demandas políticas educacionais qualificadoras da mão de obra dos trabalhadores. Para tanto, no âmbito desse contexto e visando satisfazer as demandas do mercado de trabalho emergente, eis que a EaD surge como possibilidade para atender a tais exigências proporcionando formação com as habilidades específicas para a mão de obra industrializada.

Portanto, com a finalidade de adestrar, instruir, treinar e capacitar o trabalhador a EaD (a seu modo) no contexto em debate foi estabelecida como uma política pública que tinha como destino qualificar uma numerosa quantidade de trabalhadores visando atender as demandas trabalhistas vigentes sem, no entanto, despertá-los para uma conscientização crítica sobre as questões que envolvem o mundo do trabalho. Neste sentido é que a partir do estabelecimento do Estado Novo, em 1937, as primeiras técnicas com características de EaD surgem com o Instituto Rádio-Técnico Monitor e com o Instituto Universal Brasileiro em 1939 e 1941, respectivamente (NUNES, 1992).

As experiências com caráter de EaD prosseguiram de maneira diversificada até o surgimento da televisão na década de 1950 e que na década seguinte, passou a ser utilizada





como veículo teleducativo alcançando um número significativo de educandos fora dos centros educacionais delimitados. Na década posterior, 1970, a Associação Brasileira de Teleducação (ABT) e o Ministério da Educação (MEC) promovem as primeiras séries de cursos de capacitação de professores à Distância. Nos idos de 1972/74, decisivamente a EaD entra no cenário como política pública educacional. Daí em diante projetos educativos de alcance de caráter semelhante são financiados pelos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), como o Projeto Minerva e o Projeto Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI). Já no final da década de 1978, eis que surge o telensino de 1º e 2º Graus com os Telecursos, tendo sido o Telecurso 2º Grau, resultante da parceria da Fundação Padre Anchieta e a Fundação Roberto Marinho, o mais conhecido (VIDAL; MAIA, 2011).

Na década de 1980, as questões políticas e econômicas recessivas não permitiram mudanças significativas nas políticas educacionais a distância. Todavia, na década de 1990, a EaD consolida-se com maior intensidade nos Planos e Projetos Pedagógicos chegando a ser incluída, pela primeira vez, na Legislação da Educação Brasileira sendo prevista no art. 80, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Entretanto, é:

Importante destacar que antes mesmo da publicação da LDB em 1996, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em 1994 realizou o primeiro processo seletivo para um curso de graduação a distância, dirigido para formação de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental. O referido curso foi oferecido em algumas cidades do Estado, contando com 352 alunos matriculados. O curso da UFMT utilizava material impresso com mediação de tutoria presencial nas cidades polos das turmas. Este modelo passou a servir de referência para outras instituições de ensino superior que, aos poucos foram iniciando suas atividades na área de EAD. Em 1996 aparecem os primeiros cursos de mestrado oferecidos com uso de videoconferências, na Universidade Federal de Santa Catarina. Eles visavam atender demandas específicas de empresas, através do uso da tecnologia digital e interatividade em áudio e vídeo. Estas experiências, a princípio, foram desenvolvidas nas universidades públicas e a partir delas começou a se formar no Brasil, profissionais cuja atuação e área de pesquisa passou a ser a EAD. (VIDAL; MAIA, 2010, pp. 15).

A partir da efetivação da LDB da Educação diversas experiências relacionadas a EaD com forma de educação foram implementadas com a utilização de conteúdos, estratégias metodológicas e recursos didáticos como: professores e tutores mediadores a distância, material didático impresso, *on line*, videoaulas e o uso de uma quantidade significativa de tecnologias digitais através dos Ambientes Virtuais de Aprendizagens. A partir de 1998, muitas Instituições de Ensino Superior (IES) passaram a ofertar cursos de pós-graduação (*lato sensu*) via EaD possibilitados pelo recurso da Internet. Com a crescente da demanda de cursos superiores via EaD, o MEC necessitou redimensionar um leque de regulamentações e diretrizes normatizando o exercício da EaD. Em forma resumida Vianney (2009 apud VIDAL; MAIA, 2010, p. 15-16), constata que a EaD no Brasil:

De 1994 até os dias de hoje, se desenvolveu a partir de cinco modelos, que são:





- O modelo de tele-educação com transmissão ao vivo e via satélite em canal aberto para todo o País. O exemplo mais conhecido e de alcance nacional é o Telecurso da Fundação Roberto Marinho.
- O modelo de vídeo-educação com reprodução pré-gravada em forma de teleaulas.
- O modelo semipresencial, com uma proposta de interiorização universitária que combina a educação a distância com a presencial em polos regionais, que funcionam como unidades presenciais de apoio para acesso dos alunos a laboratórios, bibliotecas, e salas de aula para realização de tutoria presencial em parceria com as prefeituras municipais. Este modelo foi adotado inicialmente pela UFMT, por outras instituições e pela UAB.
- O modelo de universidade virtual, com uma EAD caracterizada pelo uso intensivo de tecnologias digitais para a entrega de conteúdos e atividades para os alunos e para promover a interação destes com professores, colegas e suporte técnico e administrativo. Neste modelo as etapas presenciais são reservadas para a realização de provas, com as demais atividades sendo realizadas a distância.
- O modelo em que os alunos dos cursos a distância permanecem períodos regulares na instituição (de forma presencial) onde realizam não apenas provas, mas atividades em laboratório, por exemplo.

Na realidade atual da EaD, o domínio das mídias e ferramentas digitais no Brasil estão presentes nos diversos níveis de ensino. Porém, há de se destacar que com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, e com a criação e sancionamento da Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, especificamente em seu artigo 2º, § 2º, inc. I a EaD, passou fazer parte do ensino público oficial do Brasil conjuntamente com o ensino presencial com uma acentuada atuação em cursos de formação inicial e continuada para os profissionais do magistério através de cursos superiores de graduação, sequencial, tecnológico, pós graduação *lato sensu e stricto sensu* que são oferecidos nas IES públicas e privadas em todo País nas esferas Federais, Estaduais e Municipais.

Além das modalidades educativas oficiais outras formas também se apresentam em vários espaços escolares por meio das redes virtuais de ensino-aprendizagem que exigem de seus usuários interações e interdependências comunicativas e informativas. São organizações espontâneas que ocorrem em escala global aproximando virtualmente guetos, ruas, bairros, cidades, ilhas, nações, nacionalidades, comunidades e coletividades numa dimensão temporal real. Basta que possua um sinal de internet que conecta e interconecta sujeitos sociais nos quatro cantos do planeta.

Com essas novas composições espaciais, através das redes sociais virtuais, abrem-se novas concepções de espaço não escolar:

- i. Mudança paradigmática através de novas ferramentas informáticas, pelas quais o indivíduo cria novos espaços para práticas educativas;
- ii. Rompimento de fronteiras, realocando as ações na rede e em rede;
- iii. Usos de redes sociais como espaços onde se podem encontrar fonte de informação e comunicação, assegurando os fluxos e compartilhamento de informação;





- iv. Rede de transferência de informação para e pelos sujeitos;
- v. Conexão entre os indivíduos e instituições entre si, favorecendo o princípio de equidade (acesso à informação);
- vi. As redes sociais também constituem um espaço de localização e distribuição de informações a toda hora;
- vii. Introdução de uma verdadeira revolução na forma como os grupos e comunidades se organizam nos espaços e tempos virtuais;
- viii. Independência real e efetiva do desenho técnico das ferramentas digitais na evolução das linguagens e dos espaços a serem utilizados. (MARTINS; SANTANA; FIALHO, 2014, p. 163).

Com efeito, são nesses espaços habitados de uma sociedade global que se distancia fisicamente, mas que virtualmente estão sempre muito próximas na medida em que os espaços educativos estão numa constante deslocação ou desterritorialização formais para circunstâncias não formais e/ou informais, como já foi mencionado no tópico do contexto global.

#### 4. Considerações finais

A Educação à Distância (EaD) é uma indispensável alternativa para se minimizar o enorme *déficit* das políticas educacionais historicamente ocorrido no Brasil, principalmente na esfera pública. Isto porque as práticas educativas à distância ocorrem nas mais diferentes situações e com o uso das mais diversas ferramentas digitais possíveis alcançando destinos e superando barreiras até então intransponíveis. Além disso, é válido ressaltar que esse é um processo irreversível e que os sistemas oficiais de educação necessitam de sensibilidade para a promoção e ampliação das práticas educativas a distância com os diferentes componentes ou ferramentas de multimídias.

Não podemos descartar que a EaD inclui-se como uma nova práxis de ensino-aprendizagem configurando e reconfigurando o cenário educacional, exigindo de seus agentes uma qualificação e requalificação constante em virtude das mudanças e inovações no âmbito dos parâmetros das relações de ensino e aprendizagem gerenciadas pelas plataformas e ambientes colaborativos mediados pelas mídias e objetos educacionais oferecidos em tempo e espaço reais e virtuais.

Por outro lado, é inegável o fato de que a informática, nas escolas brasileiras, é considerada como uma nova cultura. Neste sentido, segue-se uma certa resistência, principalmente de docentes que têm uma formação tradicional e que não tiveram acesso ao uso das mídias digitais e desconhecem ou ignoram os inúmeros recursos que o uso correto das velhas e novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) proporcionam no redimensionamento metodológico do ensino-aprendizagem. Ainda falta-lhes conhecimento e compreensão de como interagir o uso das novas tecnologias com as práticas pedagógicas. Por estas e tantas outras razões é que as políticas de EaD devem ser implementadas, redimensionadas, avaliadas e efetivadas com maior intensidade e permanência constante.

O que se conclui, por fim, é que se faz necessário e com urgência mais incentivos e um maior acompanhamento por parte de toda comunidade escolar no tocante ao uso correto das mídias digitais pelos agentes educacionais das escolas brasileiras. Enquanto não





houver uma consciência de que o uso adequado das TICs no ensino-aprendizagem é capaz de proporcionar um ensino mais prazeroso, avançado e apto a profissionalizar os discentes, esses desafios não serão superados. Os cursos de formação devem ser repensados e oferecidos com tempo disponível, incluído na própria jornada de trabalho e estudo dos agentes educacionais.

## 5. Referências

ALVES, Lucineia. **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo.** In: Associação Brasileira de Educação a Distância. RBAAD – **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo.** Volume 10 – 11, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.273**, de 6 de fevereiro de 2006. (Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica).

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.502**, de 11 de julho de 2007 (Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e dá outras providências).

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura [...] et. al. – São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FORGRAD. Fórum de **Pró-Reitores das Universidades Brasileiras. Resgatando espaços e construindo ideias.** 3. ed. Uberlândia: EDUFU, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006. **Proceedings online...** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn)> Acesso em: 28 Jan. 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura;** tradução de Carlos Irineu da Costa. – São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÜCK, Esther Hermes. **Educação,** Porto Alegre, v. 31, nº 3, p. 258-267, set./dez., 2008.

MARTINS, Cibelle Amorim; SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiúza. **Práticas educativas digitais: uma história, uma perspectiva.** – Fortaleza: edições UFC, 2014.

NUNES, I. B. Educação a Distância e o Mundo do Trabalho. Revista Tecnologia Educacional, n. 107, p. 73-78, jul./ago., 1992. In: LOBO NETO, Francisco José da Silveira (org.). **Educação a**





**Distância:** referências e trajetórias. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional; Brasília: Plano, 2001.

SARAIVA, Terezinha. Educação a Distância no Brasil: lições da história. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n.70, abr./jun. 1996.

VIANNEY, J. TORRES, P. L e ROESLER, L. Educación superior a distancia en Brasil In Torres, P. L e RAMA, C. (Coor). **La Educación Superior a Distancia em America Latina y el Caribe - Realidades y tendencias**. Santa Catarina, UNISUL. 2010.

VIDAL, Eloísa Maria; MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução à Educação a Distância**. Fortaleza: Editora RDS, 2010.

XAVIER, Lisimére Cordeiro do Vale; XAVIER, Antônio Roberto. Políticas públicas, educação e inclusão digital: qualificação, inserção produtiva e social no Brasil. **Educação em Debate (UFC)**, v. 33/35, p. 135-150, 2013.

